## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 5.057, DE 2020

Regulamenta a profissão de Ferrageador de equinos e muares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Ferrageador de equinos e muares.

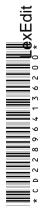
Art. 2º Exerce a profissão de Ferrageador de equinos e muares o profissional contratado para limpar, cortar, lixar, ajustar, medir o tamanho da ferradura e colocar a lâmina de acordo com a necessidade de cada animal, seja para proteção, esporte, correção ou necessidade ortopédica.

- Art. 3º Poderá exercer a profissão de Ferrageador o profissional:
- I Nível 1: aprendiz de profissionais mais experientes;
- II Nível 2: profissionais com cursos e certificações nacionais ou internacionais por associações ou entidades privadas ou governamentais; e
- III Nível 3: veterinários aptos para ferrageamento e cirurgias dos cascos e membros locomotores.

Parágrafo único. Fica assegurado o livre exercício da profissão no "Nível 2", de que trata o inciso II deste artigo, aos profissionais que já estejam em exercício há, pelo menos, 2 (dois) anos, ininterruptos ou não, até a data da publicação desta Lei.

Art. 4º Consideram-se acidentes de trabalho, nos termos do art. 19 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, aqueles ocorridos pelo exercício da atividade de ferrageadura.





Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 7 de dezembro de 2022.

Deputado LEÔNIDAS CRISTINO Presidente



